

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA: O AMADURECIMENTO DOS
RELATÓRIOS CONTÁBEIS E A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE
APRENDIZAGEM**

Bruna Cheuiche Mongelôs

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para conclusão do curso e obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Maria Ivanice Vendruscolo.

Porto Alegre

2012

BRUNA CHEUICHE MONGELÔS

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA: O AMADURECIMENTO DOS
RELATÓRIOS CONTÁBEIS E A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE
APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado para
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis.

Aprovado em _____ de _____ de _____

Orientadora: Maria Ivanice Vendruscolo

Professor:

Banca Examinadora

Professor:

Banca Examinadora

Porto Alegre

2012

RESUMO

Em convergência aos padrões internacionais de Contabilidade, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a publicação de evidenciação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), relatório contábil que fornece informações sobre os ingressos e desembolsos de determinada empresa, evidenciando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento realizadas pela empresa. É de suma importância que os usuários compreendam a finalidade da DFC, analisando-a juntamente com os demais relatórios contábeis, a fim de que se consigam interpretar as informações disponibilizadas e utilizá-las de forma eficiente. O presente trabalho utilizou o método de pesquisa baseado em revisão bibliográfica para tratar a respeito do assunto, através das análises observadas, pode-se comprovar que a DFC ainda não é gerada pelo método mais indicado pela legislação - o Método Direto - sendo feita, portanto, pelo Método Indireto, método no qual há maiores informações, embora não sejam as de mais fácil entendimento para os alunos.

Palavras-chave: Demonstração dos Fluxos de Caixa, Método de Elaboração, Contabilidade Societária.

ABSTRACT

On convergence to international standards of accounting, the Federal Accounting Council approved the publication of disclosure of the Statement of Cash Flow (DFC), accounting report that provides information about tickets and disbursements of a given company, showing separately changes from operating activities, investment and financing undertaken by the company. It is extremely important that users understand the purpose of the DFC, analyzing it together with other accounting, in order to be able to interpret the information provided and use them efficiently. This study used the research method based on literature review to address the subject, by analyzing observed, one can prove that the DFC is not generated by the method indicated by the legislation - the Direct Method - being made so by the Indirect Method, a method in which no further information, although not the easiest to understand for students.

Keywords: Statement of cash flows, Disclosure method, Corporate Accounting.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA: O AMADURECIMENTO DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS E A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE APRENDIZAGEM

Bruna Cheuiche Mongelôs¹

1 INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura complexa da globalização empresarial e de mercados, a necessidade de instrumentos que auxiliem na tomada de decisão é essencial e crescente para desenvolver e maximizar os resultados das empresas. Nesse contexto, métodos de elaboração de relatórios gerenciais que forneçam subsídios aos gestores e que exponham índices confiáveis relacionados ao custeio de produtos e serviços são imprescindíveis. Assaf Neto e Silva (2002, p.39) afirmam que:

Contextos econômicos modernos de concorrência de mercado exigem das empresas maior eficiência na gestão financeira de seus recursos, não cabendo indecisões sobre o que fazer com eles. Sabidamente, uma boa gestão dos recursos financeiros reduz substancialmente a necessidade de capital de giro, promovendo maiores lucros pela redução principalmente das despesas financeiras. Em verdade, a atividade financeira de uma empresa requer acompanhamento permanente de seus resultados, de maneira a avaliar seu desempenho, bem como proceder aos ajustes e correções necessários. O objetivo básico da função financeira é prover a empresa de recursos de caixa suficientes de modo a respeitar os vários compromissos assumidos e promover a maximização de seus lucros.

A atividade financeira de qualquer empresa precisa ter seus resultados acompanhados para que se possa avaliar sua situação atual e refletir a respeito de seu futuro. Muitos são os demonstrativos que auxiliam o analista no estudo da situação econômico-financeira de determinada empresa, e um dos mais importantes gerados pela Contabilidade é a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Com alterações dadas pela Lei 11.638/07, que substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela DFC, alterando a Lei 6404/76 (Lei das SA's), tornou ela obrigatória para as Companhias Abertas e para as Entidades de Grande Porte.

Esta demonstração é um instrumento de gestão financeira, pois relaciona todos os recebimentos e pagamentos dos recursos monetários da empresa em determinado período,

¹ Aluna do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade da UFRGS. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

pelo fato de apresentar as modificações nas disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa da empresa. É utilizada por analistas, na tomada de decisões de investimentos, e pelos gestores, que, levando em consideração o fluxo de caixa atual, conseguem ter uma visão mais clara da situação atual da empresa e, inclusive, sobre uma possível tendência dos fluxos futuros. São destacados como os principais demonstrativos contábeis: o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. Essas demonstrações são muito utilizadas para análise financeira, pois revelam a situação econômica e patrimonial da empresa; tratam também sobre as mudanças nos lucros, no entanto, não mostra aos usuários, de maneira clara e objetiva, como a companhia está gerenciando o seu caixa. A atividade de caixa é demonstrada no Relatório de Fluxos de Caixa pela origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo, tornando-se, dessa forma, um instrumento de grande valia para fins de análise e planejamento em conjunto com os outros demonstrativos, servindo, assim, como um instrumento para a tomada de decisões. (Marion, 2010; Iudícibus *et al.*, 2010)

De acordo com o NBC TG 03 (2010, pág. 3):

Informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época de sua ocorrência e do grau de certeza de sua geração. (...) por meio de demonstração dos fluxos de caixa que classifique os fluxos de caixa do período por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O movimento de caixa é uma ferramenta simples de ser definida, todavia, quando no intuito de demonstrá-lo em certos padrões podem-se apresentar maiores dificuldades. Sendo assim, com a utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa, o usuário desse relatório terá uma visão do processo e do planejamento de maneira mais abrangente, proporcionando uma capacidade de gestão mais rica e ampla, cujo teor dará suporte às decisões concernentes ao caixa. A demonstração, conforme Matarazzo (2009, p.105), fornece uma gama de informações, assentindo que investidores, credores e outros usuários avaliem a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa; avaliem a liquidez, a solvência e a flexibilidade financeira da empresa, provendo um grau de precisão maior sobre as estimativas passadas de fluxos futuros de caixa; e tendo a possibilidade de avaliar a capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos.

Em oposição aos demais demonstrativos, cuja elaboração é regida pelo regime de competência, a DFC tem por essência o regime de caixa, conforme previsto nos princípios

fundamentais de Contabilidade. Por outro lado, sendo a apuração da DRE gerida pelo regime de competência, realçam-se as receitas, custos e despesas do exercício, de tal forma que nem todas as vendas, os custos, outras receitas e outras despesas, que estão contabilizadas no resultado do período, são recebidas ou pagas dentro do mesmo período de tempo. Destarte, no momento em que se analisa um período isoladamente, existem diferenças temporais entre os fluxos de lucro e de caixa.

Anterior à promulgação da Lei 11.638/07, estudiosos já discutiam essa possível mudança e diversos estudos foram desenvolvidos, especialmente levantando as vantagens e limitações das referidas demonstrações. A substituição da DOAR pela DFC já era esperada, no momento em que o processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às normais internacionais estava em amplo desenvolvimento. Junto a isso, muitas empresas já vinham publicando voluntariamente a DFC e, em alguns casos específicos, esse relatório já era de obrigatória publicação, como, por exemplo, para empresas de energia elétrica, por exigência da ANNEL, empresas do novo mercado, por exigência da BOVESPA, e empresas brasileiras com registro na bolsa de valores norte-americana ou em outro país onde o relatório já era obrigatório. (SOUZA, 2006)

Dessa forma, a busca pelo amadurecimento dos demonstrativos contábeis é percebida, no momento em que se procura proporcionar maiores informações aos usuários e que estes dados sejam mais fáceis e claros de se manejar. No meio acadêmico, devido a esta rápida atualização, os alunos estão ainda pouco familiarizados com este demonstrativo, e quando lhes foram ensinados, há dificuldade na compreensão dos métodos, em especial ao método indireto. Estes dados foram alcançados pela aplicação de questionários com três perguntas, com o intuito de levantar opiniões dos alunos de Contabilidade a respeito do ensino da DFC e em relação aos seus métodos de publicação.

Sendo assim, com a alteração da legislação, na qual substituiu a DOAR pela DFC, os alunos ainda não estão habituados aos conceitos e a elaboração deste, desta forma como contribuir para o ensino-aprendizado desse demonstrativo?

Considerando o interesse em contribuir para maior relevância do Demonstrativo de Fluxo de Caixa, o objetivo do presente trabalho é, tendo como base de dados uma pesquisa descritiva sobre os conceitos, as vantagens, as desvantagens, o uso do relatório nas empresas listadas pela CVM e o entendimento por parte dos alunos, propor o desenvolvimento de um objeto de aprendizagem que proporcione mais fácil compreensão aos estudantes, utilizando como base de dados as Demonstrações Contábeis das Lojas Renner S/A divulgadas no sítio da

CVM.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Toda empresa, seja de grande, médio ou pequeno porte, necessita que suas atividades financeiras sejam monitoradas de forma contínua, a fim de que se possa avaliar seu desempenho e obter subsídios para ajustes e correções necessárias. Para isso, ela precisa utilizar suas demonstrações contábeis para avaliar a real situação atual da empresa, podendo gerenciar o seu negócio da melhor forma possível. Para tanto, as demonstrações evidenciam as modificações que ocorreram em seu patrimônio em determinado período, estando abrangida entre elas a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.1 Demonstrações de Fluxos de Caixa - Definição

De modo simplório, fluxo de caixa significa a diferença entre o que se recebeu e o que se pagou do caixa em determinado período. A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de evidenciar informações importantes sobre os ingressos e desembolsos monetários de uma empresa ocorridos durante determinado período, em caixa e equivalentes de caixa (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010). Como equivalentes de caixa entendem-se que os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo, ou seja, de altíssima liquidez.

De acordo com a NBC TG 03, que trata especificamente das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, para um investimento ser considerado um equivalente de caixa ele deve ter vencimento de curto prazo, ou seja, de até três meses a contar da data de sua aquisição. Portanto, a DFC evidenciará entradas e saídas de dinheiro e depósitos bancários disponíveis, bem como das aplicações financeiras que podem ser prontamente conversíveis em montante de caixa.

Diferentemente das demais demonstrações financeiras, a DFC deve apresentar classificação dos movimentos que ocorreram no caixa em formato tal que haja separação por grupos de atividades, sendo elas: operacionais, de investimento e de financiamento. Conforme a NBC TG 03 (2010, pág. 5), “a classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa”. (Marion, 2010; Matarazzo, 2009; Iudícibus *et al.*, 2010)

As atividades operacionais são as que estão relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços e, logicamente, também com os acontecimentos que estejam relacionados com os outros dois tipos de operações (investimentos e financiamentos). De acordo com Iudícibus *et al.* (2010, pág. 570), o montante dos movimentos das atividades operacionais revela-se como um indicador refletor da manutenção da capacidade de operação da empresa e de pagar juros e investimentos, sem que necessite fazer novos investimentos para isso. Como exemplo de atividades operacionais, pode-se citar como entradas o recebimento pela venda de mercadorias e serviços à vista e o recebimento de aluguéis; como saídas, pagamento de fornecedores referentes à compra de matéria-prima para a produção de bens para venda e os pagamentos de impostos.

As atividades de investimento são as que representam os dispêndios de recursos que são feitos pela entidade com a finalidade de gerar lucros futuros, ou seja, são as atividades que estão relacionadas com aumentos e diminuições de ativos de longo prazo - não circulantes - que a empresa utiliza em sua produção. Estão incluídas aqui, também, as aplicações financeiras, inclusive as de curto prazo – com exceção das já antes consideradas como equivalentes de caixa – que tem o fim de remunerar recursos que, no momento, estão com sua capacidade ociosa ou especulada. Como exemplos, há os recebimentos resultantes de venda de ativo imobilizado e intangível.

As atividades de financiamento são aquelas que estão relacionadas com os empréstimos dos credores e dos investidores da empresa, cujo conteúdo apresenta muita utilidade para prever possíveis demandas de fluxos de caixa futuros e também para planejar como a empresa supre suas atividades operacionais e de financiamento utilizando recursos externos. Alguns exemplos são a venda de ações emitidas e os pagamentos de empréstimos obtidos. O conceito é mais abrangente e, segundo Iudícibus *et al.* (2010, pág. 569),

incluem a obtenção de recursos dos proprietários e o pagamento a estes de retornos sobre seus investimentos ou do próprio reembolso do investimento; incluem também a obtenção de empréstimos junto a credores e a amortização ou liquidação destes; e também a obtenção e pagamento de recursos de/ a credores vis créditos de longo prazo.

As informações contidas na DFC irão depender de vários fatores, como o tamanho da empresa e o setor em que a mesma atua, por exemplo, (ALMEIDA, 2000). Para organizações que se encontra em fase inicial, a principal fonte geradora de recursos serão as atividades de financiamento, que apresentarão elevadas entradas de caixa; empresas em fase de expansão apresentam um fluxo de caixa das atividades de financiamento com moderada captação de recursos; já as empresas em fase de maturidade possuem seus fluxos de atividades de

financiamento negativos (ALMEIDA, 2000). Isso se deve ao fato de que quanto mais “madura” a empresa for, menos ela precisará captar recursos via financiamentos e mais irá utilizar-se de atividades operacionais, uma vez que ela já está atuando, de certa forma, com uma maior estabilidade no mercado.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando analisada em conjunto com as outras demonstrações contábeis, pode permitir que os investidores, credores e outros usuários das informações lá disponíveis desfrutem de vários benefícios. Como exemplos, entre outros, pode-se citar a avaliação da capacidade da organização gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa, a capacidade de a empresa honrar seus compromissos em dia, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos e informações sobre a sua liquidez, solvência e flexibilidade financeira (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

2.2 Aspectos Legais

Nos primeiros anos da década de 1980, os organismos internacionais regulamentatórios de contabilidade iniciaram pesquisas para que a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) fosse utilizada ao invés da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), e, em setembro de 1985, o Canadá foi o primeiro país a oficializar essa troca.

Até a publicação da Lei nº 11.638/07, a Demonstração dos Fluxos de Caixa não era obrigatória no Brasil – com exceção de alguns casos, como em empresas de energia elétrica e empresas participantes do Novo Mercado, ou seja, que estivessem na listagem de empresas que viessem a abrir capital. No final do ano de 2007, foi aprovada a Lei nº 11.638, que modificou a Lei 6.404/76, cujo conteúdo traz a obrigatoriedade da elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, porém não detalha a forma de apresentação daquela, como é afirmado por (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010). A obrigação foi estendida às companhias abertas e às de grande porte, e também para as companhias fechadas e para as de grande porte com Patrimônio Líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) na data do balanço (MARION, 2010).

O detalhamento das regras que devem ser aplicadas pelas empresas na elaboração da DFC está contido na NBC TG 03, aprovada pela Resolução CFC 1296/10, a partir do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2), emitido em 2008 pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis - CPC, sofrendo alterações posteriores de ajustes em 2010. O Comitê emitiu as regras com base na Norma Internacional de Contabilidade nº 07 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7 - *Cash Flow*), cuja matéria da norma assemelha-se muito à norma norte-americana FAS 95. Esse pronunciamento foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da Deliberação nº 547/08, pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3604/08, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Banco Central nº 1125/08 (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

2.3 Métodos de elaboração

Existem dois métodos de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa: o método direto e o método indireto. Cabe ressaltar que os tipos de atividades que sofreram mudanças na maneira como são apresentadas no relatório, são as atividades operacionais apenas, as outras duas (de financiamentos e de investimentos) são elaboradas da mesma forma em ambos os métodos. A grande diferença está na forma como a demonstração será obtida, se a partir da movimentação do caixa e equivalentes de caixa, significa que a demonstração está estruturada no modelo direto; já se for com base no lucro/prejuízo do exercício, então ela está nos moldes do método indireto (MARION, 2010). A NBC TG 03 (2010, pág. 09), explica:

A entidade deve apresentar os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando alternativamente:

- a) O método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas; ou
- b) O método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

A empresa pode optar pela utilização de um dos dois métodos, embora já se saiba que grande parte das empresas prefere o método indireto, os órgãos normatizadores das práticas contábeis recomendam justamente o outro método, o direto (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010). Essa “preferência” dos órgãos responsáveis pelas divulgações das informações contábeis se dá ao fato de que o método direto é mais simples de ser compreendido pelo usuário externo, ou seja, pelas pessoas em geral.

Apresenta-se no Quadro 1 os dois modelos de Demonstração dos Fluxos de Caixa, um para cada técnica de elaboração (método direto e indireto).

Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Método Direto	Método Indireto
Recebimentos de clientes xx	Resultado Líquido do exercício xx
Dividendos recebidos xx	(±) Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa xx
Juros recebidos xx	(+) Depreciação e amortização xx
Recebimentos por reembolso de seguros xx	(+) Provisão para devedores duvidosos xx
Recebimentos de lucros de subsidiárias xx	(±) Resultado na venda do imobilizado xx
Pagamentos a fornecedores (xx)	(±) Aumento ou diminuição de contas a receber xx
Pagamentos de salários e encargos (xx)	(±) Aumento ou diminuição de estoques xx
Imposto de renda pago (xx)	(±) Aumento ou diminuição de despesas antecipadas xx
Juros pagos (xx)	(±) Aumento ou diminuição de passivos xx
Outros recebimentos ou pagamentos líquidos xx	(±) Aumento ou diminuição de outros ajustes xx
Caixa Líquido das Atividades Operacionais xx	(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais xx
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Alienação de imobilizado	xx
Alienação de investimentos	xx
Aquisição de imobilizado	(xx)
Aquisição de investimentos	(xx)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	xx
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de capital	xx
Juros recebidos de empréstimos	xx
Empréstimos tomados	xx
Aumento do capital social	xx
Pagamento de <i>leasing</i> (principal)	(xx)
Pagamentos de lucros e dividendos	(xx)
Juros pagos por empréstimos	(xx)
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(xx)
Caixa Líquido das atividades de financiamentos	xx
Aumento ou redução de Caixa Líquido	xx
Saldo de Caixa – Inicial	xx
Saldo de Caixa – Final	xx

Quadro 1 : Métodos de elaboração da DFC

Fonte: Quintana, Serafin e Saurin (2003, p.5, apud CRCSP, 1997, p. 114).

Salotti e Yamamoto (2007) afirmam que:

O método direto é mais simples de ser compreendido do que o método indireto. Desse modo, a principal vantagem do método direto é a facilidade de entendimento dos valores. As empresas argumentam que ele é mais dispendioso para ser obtido na prática. O método indireto é mais simples para ser preparado, porém, mais complexo para a compreensão de um usuário que não possui muitos conhecimentos sobre a técnica contábil. É o método que concilia o lucro com o caixa, ou seja, o usuário consegue entender como um resultado de “X” impactou no caixa em “Y”, por exemplo.

A NBC TG 03 determina que a organização que use o método direto deverá fazer uma conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Esta terá que apresentar separadamente os principais itens que serão ajustados, semelhante ao que acontece no método indireto em relação aos ajustes ao lucro líquido ou prejuízo para a devida apuração do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

2.4 Índices importantes para análise do DFC

A DFC é uma importante ferramenta de análise e gestão financeira, através da qual se pode avaliar a liquidez da empresa e instrumentar opinião acerca da capacidade de pagamento de dívidas para usuários externos. No atual momento de mercado, leia-se pós-publicação da Lei nº 11.638/2007, surge a chance de utilização de índices e indicadores com maior plenitude pelas empresas, no instante em que, dentre outras providências, a legislação tornou obrigatória a publicação das DFC em substituição à Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), sendo aquela considerada de entendimento dificultoso aos usuários das informações contábeis.

Os índices mais importantes para a análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa são evidenciados no Quadro 2.

<u>Índice</u>	<u>Obtenção</u>
Índice de cobertura de juros: demonstra o número de períodos em que o pagamento de caixa acrescido de juros são pagos pelo Fluxo de Caixa Operacional (FCO). O cálculo é dado pelo quociente do Fluxo de Caixa Operacional antes de juros e impostos, dividido pelos juros do período.	Cobertura de juros com caixa = FCO (antes de juros e impostos) / Juros
Índice de cobertura de dívidas: este indicador mostra o número de anos que seriam necessários para quitar todo o passivo no nível atual do Fluxo de Caixa Operacional. Calcula-se pelo quociente entre FCO antes dos dividendos sobre passivo total.	Cobertura de dívidas com caixa = FCO (antes de dividendos) / Passivo Total
Índice de retorno de caixa sobre ativos totais: equivale ao retorno sobre investimento total. Este indicador é gerado pelo quociente apurado pelo FCO antes de juros e impostos sobre os ativos totais.	Retorno de caixa sobre ativos totais = FCO (antes de juros e impostos)/Ativo total
Qualidade das vendas: demonstra a proporção das receitas de vendas ganhas no exercício comparando com os recebimentos e cobranças dos clientes.	Qualidade das vendas = caixa das vendas/vendas
Qualidade do resultado: quanto do lucro operacional foi gerado em caixa operacional	Qualidade do resultado = FCO/resultado operacional ou FCO antes de juros e impostos/resultado antes de juros impostos e depreciação
Aquisição de capital: mede a capacidade de gerar recursos, após os dividendos terem sido pagos, sendo os novos imobilizados financiados por seus próprios recursos.	Aquisição de capital = (FCO – dividendos totais)/caixa pago por investimentos de capital

Quadro 2: Índices de análise extraídos da DFC
Silva, Santos e Ogawa (1993, p. 53)

2.5 Fluxos de Caixa nas empresas – A importância para tomada de decisão e para os usuários das informações contábeis

Para se entender fluxo de caixa, é necessário entender os regimes contábeis que estão sujeitos às demonstrações. Logo, existe o regime de caixa e o de competência. O regime de caixa é o regime de gestão financeira pelo qual se processam os recebimentos e pagamentos de valores que passam pelo caixa, independentemente do seu fato gerador, e no qual se consideram todas as movimentações do presente exercício. Já no regime de competência, são consideradas as despesas incorridas e as receitas realizadas no respectivo exercício, tenham ou não sido pagas ou recebidas, não importando se passaram pelo caixa, sendo relevante, portanto, a data de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Segundo Schmidt e Santos (2009, p. 359),

uma das principais razões pelas quais a demonstração do fluxo de caixa levou tantos anos para ser adotada é a de que a profissão contábil é muito apegada ao regime de competência e tem uma aversão grande ao regime de caixa, especialmente no que diz respeito à mensuração do desempenho operacional da entidade.

Um aspecto relevante a ser destacado, tratando-se de fluxo de caixa, é que existem dois tipos que atentem a duas finalidades: o fluxo de caixa utilizado como relatório contábil obrigatório pela Lei nº 11.638/07, e o fluxo de caixa utilizado na administração financeira, com um enfoque um tanto quanto mais gerencial. O primeiro é o tipo que foi descrito no decorrer do trabalho – a DFC. A mesma se trata de uma demonstração contábil estática, que traz os recebimentos e pagamentos efetuados pela entidade em um determinado período de tempo, evidenciando informações úteis para proporcionar aos seus usuários uma base para avaliar, juntamente com as demais demonstrações, a capacidade da empresa em gerar caixa e equivalentes de caixa (NBC TG 03, 2010).

Já o fluxo de caixa utilizado na administração financeira possui enfoque mais gerencial e é realizado através de cálculos de valores retirados de informações disponibilizadas pelas empresas. Através de fórmulas, nesse tipo de fluxo de caixa, pode-se encontrar, separadamente, o fluxo de caixa dos ativos da empresa, o fluxo de caixa dos credores e dos acionistas, entre outras informações relevantes. Destarte, para destacar a importância do fluxo de caixa gerencial, Ross, Westernfied e Jordan (2008, p. 65) citam que “ao se tomar uma decisão de investimento, o fluxo de caixa é uma medida crítica”. Os mesmos complementam que “o fluxo de caixa é o que determina o sucesso de uma decisão econômica” (2008, p. 65). Portanto, as empresas também devem prestar atenção em seu fluxo de caixa gerencial, pois ele é uma ferramenta muito importante para tomadas de decisões.

Nos últimos anos as organizações têm apostado na informação como auxílio no alcance da excelência empresarial, utilizando-se, desta forma, de conhecimentos contábeis e financeiros.

De acordo com Resnik (1990, p. 3):

A boa administração é o fator determinante da sobrevivência e sucesso. A má administração – e não a economia, a concorrência, a inconsistência dos clientes ou o azar – é o fator que determina o fracasso... A boa administração – capacidade de entender, dirigir e controlar a empresa – baseia-se na atenção crítica do proprietário gerente, e/ou responsáveis pela administração, aos poucos fatores decisivos responsáveis pelo sucesso e sobrevivência da empresa.

É possível que se perceba, assim, que a informação contábil tem um papel de suma importância no momento em que auxilia a melhor alocação dos recursos, auxiliando os gestores e envolvidos no processo decisório.

Hendriksen e Breda (1999, p. 174) afirmam: “os fluxos de caixa que entram e saem da empresa são os eventos fundamentais nos quais se baseiam as mensurações contábeis, e nos quais se supõe que os investidores apóiem suas decisões”.

Tomada de decisões é o processo no qual se escolhe algumas, ou apenas uma, entre muitas alternativas para as ações a serem tomadas. As decisões são escolhas baseadas em propósitos, são atitudes orientadas para determinado objetivo e o alcance desta meta determina a eficiência do processo de tomada de decisão. A decisão pode ser tomada a partir de probabilidade, possibilidades ou alternativas. Nesse contexto, a contabilidade de custos contribui para o levantamento de informações relevantes, com base no processo de coleta de informações de diversas áreas envolvidas, de modo a apresentar dados auxiliares ao controle, planejamento e, principalmente, ao processo decisório. Assim sendo, a tomada de decisão deve ser feita de forma consciente de um curso de ação, entre as alternativas disponíveis, na busca do resultado que se almeja alcançar. O processo decisório é a identificação de um problema específico e a escolha da melhor ação para saná-lo.

Existem fatores que influenciam direta ou indiretamente no processo decisório, como PORTO (2008, p. 4):

[...] um desses fatores é a incerteza, bem como a quantidade insuficiente de informações necessárias ao processo decisório. Andrade (2000) define risco como uma estimativa do grau de incerteza que se tem em relação à realização de resultados futuros almejados. Assim sendo, o risco sobrevém quando da incerteza de se prever os resultados.

Logo, no processo de tomada de decisão a qualidade é determinante, porque afeta o futuro da organização. Sendo assim, a capacidade de compreensão e de decisão do gestor é desafiada a todo o momento e tornam-se indispensáveis, por sua necessidade diante das

incertezas nas quais estão inseridas as empresas. Deste modo, uma escolha de qualidade está fundamentada no uso adequado da informação no processo decisório, de forma que gere-se alternativas e escolher aquela que tiver os resultados mais gratificantes para a organização.

2.6 Benefícios da utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa

São muitos os benefícios oriundos da utilização da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelas empresas. Tanto quem está dentro da empresa quanto quem está fora, pode utilizar-se das informações disponibilizadas por tal demonstração. Como o Balanço Patrimonial representa a posição da empresa em um determinado momento, as demais demonstrações refletem a movimentação das contas patrimoniais e das operações em um determinado período (PADOVESE; BENEDICTO, 2004). De fato, a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser analisada juntamente com as demais demonstrações contábeis da empresa, a fim de que se possam captar informações precisas, relacionando informações de demonstrativos diferentes. Quintana, Serafin e Saurin (2003, p.4, apud MATARAZZO, 1995) afirmam que “a DFC é uma das demonstrações financeiras mais úteis”. Os mesmos ressaltam, portanto, que é muito importante o uso da DFC pelas organizações, uma vez que a maioria dos problemas relacionados à insolvência ou falta de liquidez nas empresas ocorrem por falta de administração do fluxo de caixa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando analisada em conjunto com as outras demonstrações contábeis, pode permitir que os investidores, credores e outros usuários das informações lá disponíveis desfrutem de vários benefícios. Como exemplos, entre outros, pode-se citar que a DFC proporciona aos seus usuários a avaliação da capacidade da organização gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa, a capacidade de a empresa honrar seus compromissos em dia, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos e informações sobre a sua liquidez, solvência e flexibilidade financeira (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Segundo a NBC TG 03 (2010, p. 4), a DFC “também concorre para o incremento da comparabilidade na apresentação do desempenho operacional de diversas entidades”. Isso ocorre pelo fato de que este relatório reduz os efeitos que ocorrem pelo uso de diversos critérios contábeis diferentes que muitas vezes são utilizados para as mesmas transações e eventos. Os históricos dos fluxos de caixa também são bastante úteis e muito utilizados na análise de balanços pelos analistas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa - do ponto de vista da sua natureza - é aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos direcionados à aplicação prática de problemas de aprendizagem da DFC. Do ponto de vista da forma de abordar o problema, caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa, não requerendo o uso de métodos e técnicas estatísticas, no qual o ambiente é a forma de coleta de dados. Quanto ao ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, visando à observação, o registro e a análise dos fatos, sem a interferência do autor, buscando maior conhecimento do problema, sendo desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, identificando as características e metodologias da elaboração da DFC.

Na concepção de Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características ou estabelecer relações entre fatos. Na visão de Beuren *et al* (2008) é nítida a importância da pesquisa descritiva em contabilidade no momento em que aborda características inerentes à ciência.

No presente trabalho foi considerado, para a análise de dados, o levantamento dos métodos de elaboração da DFC das companhias abertas listadas no sítio da CVM, e como base amostral, foram coletadas as Demonstrações dos Fluxos de Caixa das Lojas Renner S/A divulgadas no *site* da Comissão de Valores Mobiliários, dos anos de 2009, 2010 e 2011, com o intuito de propor o desenvolvimento de um objeto de aprendizagem que facilite o entendimento dos estudantes. Adicionalmente, foi realizada uma enquete exploratória com 50 alunos do curso de Ciências Contábeis da UFRGS com a finalidade de verificar a existência de alguma dificuldade ou preferência com os métodos de elaboração da DFC.

4 ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo será abordada a descrição e a análise de dados. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa com três perguntas verificando o conhecimento a respeito da DFC e dos seus métodos de elaboração. As perguntas foram feitas através de uma enquete eletrônica respondida por 50 alunos do quinto ao oitavo semestres do curso Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As questões foram estas:

- Você aprendeu na faculdade a Demonstração de Fluxo de Caixa?

- Apresentou alguma dificuldade no entendimento do relatório contábil?
- Qual o método que foi de mais difícil compreensão?

Os resultados apurados estão evidenciados na Figura 1.

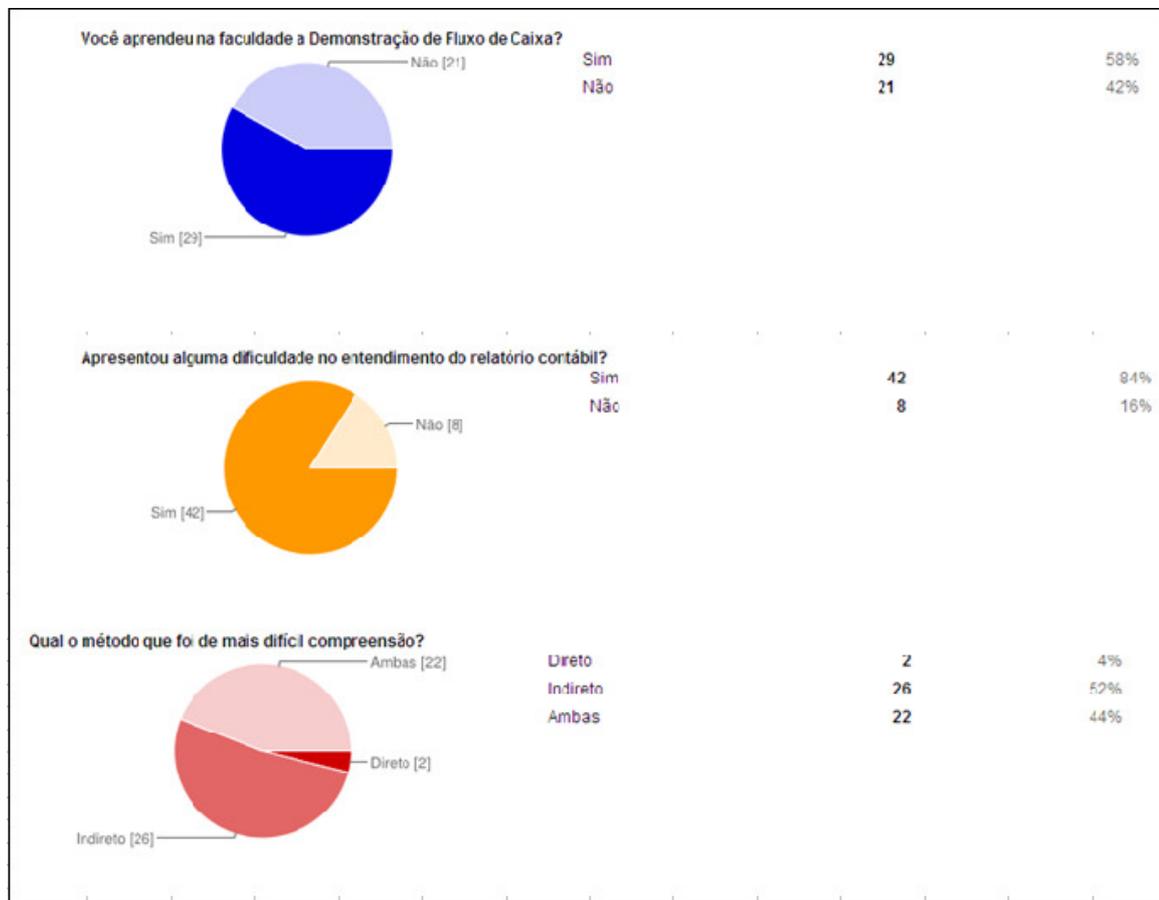


Figura 1 – Resultados da Enquete

Analisando as respostas, 58% dos alunos aprenderam DFC na faculdade, no entanto a maioria, 42 alunos, apresenta dificuldades no entendimento do demonstrativo e abordando sobre o método de elaboração, 52% opinaram que o método indireto é o de mais difícil compreensão e 44% acreditam que as duas metodologias são complicadas de se entender.

De acordo com a análise das respostas, percebe-se que os alunos apresentam dificuldades com esta demonstração, e os que a entendem também possuem dificuldades nos métodos de elaboração, em especial ao método indireto.

A legislação brasileira permite que a empresa opte pelo método de divulgação do Fluxo de Caixa Operacional, apesar de incentivar a publicação do método direto. Além disso, a NBC TG 03 determina que, ao publicar o método direto, a empresa evidencie, em notas explicativas, a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades. Diante disso, foi pesquisado no sítio da CVM, na totalidade das empresas listadas, o método

de divulgação utilizado em suas Demonstrações de Fluxos de Caixa publicadas dos anos de 2009, 2010 e 2011. O resultado, está demonstrado no Quadro 3.

<u>Análise dos métodos de elaboração da DFC, pelas empresas listadas na CVM, dos anos de 2009 a 2011</u>	
Divulgação Método Direto	
BAESA-ENERGETICA BARRA GRANDE AS	X
BANRISUL ARMAZENS GERAIS AS	X
BI CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS IMOBILIARIOS	X
HAUSCENTER AS	X
OMEGA ENERGIA RENOVÁVEL S/A	X
WTC AMAZONAS SUITE HOTEL S.A.	X
WTC RIO EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES S.A.	X
UNIVER CIDADE TRUST DE RECEBIVEIS AS	X
Total de Divulgação pelo Método Direto	8
Total de Divulgação pelo Método Indireto	432
Total de Companhias Abertas listadas na CVM	440

Quadro 3 – Análise dos métodos de elaboração da DFC pelas empresas listadas na CVM

Analisando as informações sobre os métodos de elaboração, observa-se que a maioria das empresas, 98%, apresenta a DFC pelo método indireto. Cada método, direto e indireto, apresenta suas vantagens e desvantagens. O método direto, para os usuários, é mais fácil de ser compreendido, porém é mais dispendioso para ser obtido na prática. Já o método indireto é mais simples de ser elaborado, contudo mais complexo para o usuário. Independentemente dos prós e contras de cada método, é mostrado pelas análises feitas que as empresas preferem o método indireto (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2011).

Logo, a evidenciação pelo método indireto é a preferência das companhias. Os dados exploratórios da percepção dos alunos mostram justamente o contrário. Logo, a metodologia que os alunos menos compreendem é a mais utilizada pelas empresas. Dessa forma, apresentam-se as bases para o desenvolvimento de um objeto de aprendizado para a DFC, a partir das demonstrações dos anos de 2009, 2010 e 2011 das Lojas Renner S/A .

4.1 Apresentação da empresa analisada

A Lojas Renner S.A. é uma rede gaúcha de lojas de roupas e acessórios que teve seu início em 1912, com o começo das atividades fabris do então Grupo A.J. Renner. A loja separou-se do grupo fundado por Antônio Jacob Renner em 1965, quando suas lojas começaram a tomar um novo formato. A Companhia é a segunda maior rede de lojas de departamentos de do país, com uma trajetória de grande expansão e amadurecimento. A

empresa traz a referência de ser a primeira corporação do país com 100% das ações negociadas em bolsa, e está listada no Novo Mercado.

4.2 Demonstrações Contábeis das Lojas Renner SA dos anos de 2009, 2010 e 2011

LOJAS RENNER S/A				
Demonstração do Fluxo de Caixa – Atividades Operacionais (Reais Mil) - Método Indireto				
Conta	Descrição	2011	2010	2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	274.085	559.646	330.980
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	487.301	407.732	282.041
6.01.01.01	Lucro líquido do período	336.907	308.028	189.589
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	97.588	75.737	73.962
6.01.01.03	Amortização de ágio	49	50	111
6.01.01.04	Resultado oper venda ou baixa ativos fixos	652	420	522
6.01.01.05	Mais valia estoque baixada no exercício	212	0	0
6.01.01.06	Juros provisionados, líquidos dos pagos	17.670	13	42
6.01.01.07	Plano de opção de compra de ações	18.073	17.385	17.243
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial			
6.01.01.09	Provisão p/riscos trib, cíveis e trabalhistas	4.841	18.386	6.664
6.01.01.10	Tributos diferidos	-389	-12.480	-9.117
6.01.01.11	Provisão para perdas em ativos	11.698	193	3.025
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-213.216	151.914	48.939
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-141.751	-90.996	-58.984
6.01.02.02	Estoques	-110.420	-76.534	-12.732
6.01.02.03	Perdas/ganhos não realizadas com derivativos	4.750	-1.098	-1.512
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	-1.370	-6.742	7.366
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	3.326	-72	2.847
6.01.02.06	Financiamento - operações serviços financeiros	-147.214	-106.325	-11.602
6.01.02.07	Financiamentos das importações	11.224	0	0
6.01.02.08	Financiamentos - operações serviços financeiros FIDC	3.009	340.661	0
6.01.02.09	Fornecedores	84.891	50.213	98.184
6.01.02.10	Salários e férias a pagar	-10.059	8.960	17.309
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	61.452	36.512	7.724
6.01.02.12	Outras obrigações	28.226	-7.679	-1.637
6.01.02.13	Aluguéis a pagar	4.152	3.967	-1.330
6.01.02.14	Obrigações estatutárias	-3.432	1.047	3.306
6.01.03	Outros			
6.01.03.01	Recebimento de dividendos de subsidiárias			

Quadro 4 - Demonstração do Fluxo de Caixa – Atividades Operacionais (Reais Mil) - Método Indireto

Fonte: Demonstrações Contábeis Lojas Renner S.A. exercício findo 31/12/2011

Os dados do DRE estão demonstrados no quadro 5.

Demonstração do Resultado - (Reais Mil)				
Conta	Descrição	01/01/2011	01/01/2010	01/01/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.238.543	2.751.338	2.363.628
3.01.01	Receita líquida com venda de mercadorias	2.896.617	2.462.683	2.115.968
3.01.02	Receita líquida com produtos e serviços financeiros	341.926	288.655	247.660
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.396.129	1.209.459	-1.084.911
3.02.01	Custo das vendas de mercadorias	-1.375.245	1.182.367	-1.055.748
3.02.02	Custo dos produtos e serviços financeiros	-20.884	-27.092	-29.163
3.03	Resultado Bruto	1.842.414	1.541.879	1.278.717
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.369.781	1.137.405	-1.020.475
3.04.01	Despesas com Vendas	-775.541	-641.702	-554.469
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-250.682	-211.764	-180.346
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-109.427	-88.172	-112.419
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15.495	13.611	3.215
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-249.626	-209.378	-176.456
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-129.633	-108.732	-78.788
3.04.05.02	Plano de opção de compra de ações	-18.073	-17.385	-17.243
3.04.05.03	Depreciações e amortizações	-97.637	-75.787	-74.073
3.04.05.04	Resultado na baixa de ativos fixos	-661	-420	-345
3.04.05.05	Participações estatutárias	-3.622	-7.054	-6.007
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial			
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	472.633	404.474	258.242
3.06	Resultado Financeiro	2.760	27.297	7.617
3.06.01	Receitas Financeiras	50.299	43.484	27.803
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.539	-16.187	-20.186
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	475.393	431.771	265.859
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-138.486	-123.743	-76.270
3.08.01	Corrente	-140.014	-136.223	-85.387
3.08.02	Diferido	1.528	12.480	9.117
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	336.907	308.028	189.589
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas			
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas			
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	336.907	308.028	189.589
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	336.907	308.028	189.589
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores			
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,75040	2,52520	1,55800
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,69650	2,47960	1,54510

Quadro 5 - Demonstração do Resultado (Reais Mil)

Fonte: Demonstrações Contábeis Lojas Renner S.A. exercício findo 31/12/2011

Os dados do Balanço Patrimonial também são importantes na interpretação da DFC, conforme o Quadro 6.

Balço Patrimonial Ativo - (Reais Mil)				
Conta	Descrição	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
1	Ativo Total	2.983.504	2.456.015	1.921.197
1.01	Ativo Circulante	2.035.555	1.872.921	1.428.305
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	578.264	683.661	411.370
1.01.02	Aplicações Financeiras			
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo			
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação			
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda			
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento			
1.01.03	Contas a Receber	1.022.451	893.748	793.224
1.01.03.01	Clientes	1.006.315	863.493	768.412
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.136	30.255	24.812
1.01.04	Estoques	402.748	275.950	203.693
1.01.05	Ativos Biológicos			
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.445	18.610	16.025
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	30.445	18.610	16.025
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.647	952	3.993
1.01.08	Outros Ativos Circulantes			
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.01.08.03	Outros			
1.02	Ativo Não Circulante	947.949	583.094	492.892
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	143.547	103.451	89.144
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo			
1.02.01.03	Contas a Receber	4.564	5.872	4.998
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.564	5.872	4.998
1.02.01.04	Estoques			
1.02.01.05	Ativos Biológicos			
1.02.01.06	Tributos Diferidos	115.517	75.457	62.977
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.466	22.122	21.169
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	6.189	9.515	9.443
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	17.277	12.607	11.726
1.02.02	Investimentos	63	63	63
1.02.02.01	Participações Societárias	63	63	63
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63	63	63
1.02.02.02	Propriedades para Investimento			
1.02.03	Imobilizado	599.481	412.603	357.572
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	583.100	396.546	357.490
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado			
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	16.381	16.057	82
1.02.04	Intangível	204.858	66.977	46.113
1.02.04.01	Intangíveis	127.850	66.977	46.113
1.02.04.01.02	Outros	127.850	66.977	46.113
1.02.04.02	Goodwill	77.008	0	0

Quadro 6 – Balço Patrimonial Ativo (Reais Mil)

Fonte: Demonstrações Contábeis Lojas Renner S.A. exercício findo 31/12/2011

Balanco Patrimonial Passivo - (Reais Mil)				
Conta	Descrição	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
2	Passivo Total	2.983.504	2.456.015	1.921.197
2.01	Passivo Circulante	1.065.575	977.575	973.334
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	67.001	72.108	60.196
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.235	15.753	12.801
2.01.01.01.01	Encargos sociais	20.235	15.753	12.801
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	46.766	56.355	47.395
2.01.01.02.01	Salários a pagar	46.766	56.355	47.395
2.01.02	Fornecedores	429.887	318.285	268.072
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	429.887	318.285	268.072
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros			
2.01.03	Obrigações Fiscais	211.273	146.674	128.358
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	97.020	68.940	56.900
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	46.073	23.001	21.108
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	50.947	45.939	35.792
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	113.411	77.104	70.944
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	842	630	514
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	172.159	279.426	382.417
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	172.159	279.426	382.417
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	160.935	279.426	382.417
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	11.224	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	166.131	143.501	117.959
2.01.05.02	Outros	166.131	143.501	117.959
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	66.847	61.167	38.940
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	17.959	16.208	8.709
2.01.05.02.04	Aluguéis a pagar	24.961	20.809	16.842
2.01.05.02.05	Outras obrigações	52.742	38.263	47.461
2.01.05.02.06	Participações estatutárias	3.622	7.054	6.007
2.01.06	Provisões	19.124	17.581	16.332
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.124	17.581	16.332
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	12.567	11.943	10.680
2.01.06.01.05	Provisões para riscos trabalhistas	6.557	5.638	5.652
2.02	Passivo Não Circulante	762.931	457.132	81.427
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	666.003	377.076	35.271
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	367.946	377.076	35.271
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	367.946	377.076	35.271
2.02.01.02	Debêntures	298.057	0	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.02.02	Outras Obrigações	49.642	36.642	19.879

Quadro 7 – Balanco Patrimonial Passivo (Reais Mil)

Fonte: Demonstrações Contábeis Lojas Renner S.A. exercício findo 31/12/2011

De acordo com a DFC das Lojas Renner obtida pelo método indireto, percebe-se que os dados não são facilmente identificados e interpretados, isso dificulta ao aluno o entendimento.

Utilizando os dados das Demonstrações Contábeis da empresa, serão analisados alguns lançamentos que influenciam na DFC, com o objetivo de propor o desenvolvimento de um objeto de aprendizagem que facilite a compreensão dos estudantes. Como descrito na NBC TG 03:

19. Pelo método direto, as informações sobre as principais classes de recebimentos brutos e de pagamentos brutos podem ser obtidas alternativamente:
- (a) dos registros contábeis da entidade; ou
 - (b) pelo ajuste das vendas, dos custos dos produtos, mercadorias ou serviços vendidos (no caso de instituições financeiras, pela receita de juros e similares e despesa de juros e encargos e similares) e outros itens da demonstração do resultado ou do resultado abrangente referentes a:
 - (i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar;
 - (ii) outros itens que não envolvem caixa; e
 - (iii) outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

Os dados informados nas Demonstrações não são suficientes para apurar os valores para o Fluxo de Caixa Operacional pelo método direto, pois há falta de informações como, tipo atualizações de financiamentos que não geram dispêndios, recebimentos e pagamentos ocorridos dentro do período não englobados nas variações das contas do Balanço Patrimonial, e que forneçam alterações de caixa. Logo, estes lançamentos serviram como exemplos de como se fazer as apurações de valores, no entanto não será possível apurar por completo o DFC, será feito uma aproximação.

As informações de prováveis recebimentos de clientes podem ser calculadas conforme o quadro 8.

Cientes	Valor	Total
Saldo Inicial	R\$ 899.620,00	
Vendas do período	R\$ 3.225.777,00	
A receber no período	R\$ 4.125.397,00	
Saldo Final	R\$ 1.027.015,00	
Provável Recebimento do período	R\$ 3.098.382,00	R\$ 3.098.382,00

Quadro 8 – Prováveis Recebimento de Clientes

De acordo com o Quadro 8, o Saldos das Contas a receber de Clientes foram informados no Balanço Patrimonial e a Receita Bruta, na Demonstração do Resultado do Exercício. O Saldo Inicial de Clientes é somado a Receita Bruta e subtraído o Saldo Final de Clientes.

Conforme os Quadro 9 e 10, para se calcular o pagamento de fornecedores do período, é necessário calcular primeiramente o valor do gasto em Compras, para isso os valores de estoque final é somado ao valor de CMV, informado na DRE, e subtraído do saldo inicial de

estoques. Esse valor será o das Compras, que se soma ao Saldo Inicial de Fornecedores e subtrai-se o Saldo Final.

Compras	Valor	
Saldo Inicial de Estoque	R\$	275.950,00
CMV do período	R\$	1.396.129,00
Necessidade de compra	R\$	1.120.179,00
Saldo Final de Estoque	R\$	402.748,00
<i>Prováveis Compras do período</i>	R\$	<i>1.522.927,00</i>

Quadro 9 – Prováveis Compras do período

Fornecedores	Valor	
Saldo Inicial Fornecedores	R\$	318.285,00
Prováveis Compras do período	R\$	1.522.927,00
A pagar no período	R\$	1.841.212,00
Saldo Final Fornecedores	R\$	429.887,00
Prováveis Pagamento do período	R\$	1.411.325,00
		R\$ (1.411.325,00)

Quadro 10 – Pagamento de Fornecedores

O quadro 11 demonstra o cálculo para se apurar o valor dos impostos a pagar, que engloba o saldo inicial dos impostos a pagar, dado informado no Balanço Patrimonial, somado aos impostos sobre vendas e as despesas de Imposto de Renda do período, subtraindo-se disso o saldo final dos impostos a pagar.

Impostos	Valor		Total
Saldo Inicial (Impostos a Pagar)	R\$	146.674,00	
Impostos s/Vendas	R\$	12.766,00	
Despesas IR do período	R\$	138.486,00	
A pagar no período	R\$	297.926,00	
Saldo Final	R\$	211.273,00	
Prováveis Pagamento de impostos do período	R\$	86.653,00	R\$ (86.653,00)

Quadro 11 – Prováveis Pagamentos de do período

As Despesas com vendas e Administrativas são elencadas de acordo com o Quadro 12.

Despesas Administrativas e Vendas	Valor		Total
Saldo Inicial (Contas a Pagar/Salários)	R\$	92.917,00	
Despesa do período	R\$	1.026.223,00	
A pagar no período	R\$	1.119.140,00	
Saldo Final	R\$	91.962,00	
Despesas antecipadas	R\$	695,00	
Pagamento do período	R\$	1.027.873,00	R\$ (1.027.873,00)

Quadro 12 – Prováveis despesas pagas no período

Os valores compreendem o saldo de Contas a Pagar e Salários, somado as despesas do período, informadas no DRE, subtraído do Saldo Final de Contas a Pagar e Salários e somado as despesas antecipadas, está sendo caracterizada com um direito da empresa.

As outras informações podem ser retiradas das notas explicativas da Companhia, faltam informações sobre os lançamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social pelo Lucro Líquido, além de outras informações referentes a pagamentos e recebimentos que

foram efetuados no período e não foi demonstrado, o que provavelmente deve ser a diferença encontrada. Alguns valores encontrados nas notas que são importantes para a apuração são demonstrados no Quadro 13.

Outros resultados operacionais	R\$	(114.138,00)
Perdas/ganhos não realizadas com derivativos	R\$	(109.427,00)
Depósitos judiciais	R\$	(3.326,00)
Despesas Financeiras	R\$	(47.539,00)
Impostos e contribuições a recolher	R\$	(28.653,00)
Obrigações estatutárias	R\$	3.432,00
Impostos a recuperar	R\$	101,00
Somatório	R\$	(299.550,00)

Quadro 13 – Valores demonstrados nas notas explicativas

Fazendo o somatório dos valores lançados, ainda há uma diferença de R\$ 1104,00, que como já tinha sido citado anteriormente, deverá remeter a valores que não se pode extrair das demonstrações.

Demonstração do Fluxo de Caixa - (Reais Mil) - Método Direto			
Descrição	Método Direto	Método Indireto	Diferença
Caixa Líquido Atividades Operacionais	R\$ 272.981,00	R\$ 274.085,00	R\$ 1.104,00
Recebimento de Clientes	R\$ 3.098.382,00		
Pagamento a Fornecedores	R\$ (1.411.325,00)		
Pagamento de Impostos	R\$ (86.653,00)		
Pagamento de Despesas Administrativas/Vendas	R\$ (1.027.873,00)		
Outros resultados operacionais	R\$ (114.138,00)		
Perdas/ganhos não realizadas com derivativos	R\$ (109.427,00)		
Depósitos judiciais	R\$ (3.326,00)		
Despesas Financeiras	R\$ (47.539,00)		
Impostos e contribuições a recolher	R\$ (28.653,00)		
Obrigações estatutárias	R\$ 3.432,00		
Impostos a recuperar	R\$ 101,00		
Caixa Líquido Atividades de Investimento	R\$ (448.120,00)		
Aquisições do imobilizado	R\$ (248.724,00)		
Aquisições do intangível	R\$ (47.901,00)		
Aquisição em participação societária	R\$ (151.880,00)		
Caixa recebido na aquisição de controlada	R\$ 109,00		
Recebimento por venda de ativos fixos	R\$ 276,00		
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	R\$ 68.638,00		
Empréstimos tomados	R\$ 330.636,00		
Aumento de capital social	R\$ 12.949,00		
Pagamento de empréstimos	R\$ (43.389,00)		
Juros sobre capital próprio e dividendos	R\$ (231.558,00)		
Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	R\$ -		
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	R\$ (105.397,00)		
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	R\$ 683.661,00		
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	R\$ (578.264,00)		

Quadro 14 – DFC pelo método direto

Mesmo que os valores não estejam iguais entre as demonstrações pelo método direto e

indireto, o que se deve entender é que é mais fácil de compreender os recebimentos de clientes, pagamentos de fornecedores e os outros pagamentos referentes aos impostos e despesas, por esta metodologia, pois se consegue entender com maior clareza as alterações nas contas.

Logo, por meio destas análises de dados, é proposto que seja desenvolvida uma forma de aprendizado da DFC que seja mais compreensível aos alunos, e a base para esse objeto de ensino são os lançamentos contábeis dos dados informados nos demonstrativos. Dessa forma, é mais fácil de visualizar as alterações do período, e possíveis interpretações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente estudo, procurou-se destacar aspectos importantes sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), relatório contábil que tem sua publicação obrigatória para determinadas empresas a partir da publicação da Lei nº 11638/07. A DFC é uma demonstração que possui como principal característica a de evidenciar as movimentações financeiras que efetivamente alteram o caixa, sendo que suas informações são úteis para diversos usuários das demonstrações contábeis. Distinguindo-se das demais demonstrações, ela possui um formato diferenciado, que separa as entradas e saídas por fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, proporcionando uma visão mais clara e objetiva das movimentações que ocorreram em caixa e equivalentes de caixa. A DFC deve ser analisada com os demais demonstrativos contábeis e, dessa forma, o analista consegue ter uma visão mais ampla da empresa, usufruindo melhor de seus benefícios.

Neste trabalho, buscou-se primariamente a definição dos conceitos da DFC e dos seus métodos de elaboração. Por meio de uma pesquisa exploratória, foi mostrado que os alunos apresentam dificuldades no entendimento do demonstrativo, principalmente em relação ao método indireto de elaboração. No entanto, através da coleta de dados das Demonstrações de Fluxos de Caixa das companhias abertas listadas na CVM foi percebido que as empresas preferem o método indireto para a publicação do relatório, o que demonstra um conflito em relação ao que foi diagnosticado na enquete.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi propor as bases para o desenvolvimento de um objeto de aprendizagem por meio de lançamentos contábeis que proporcione maior facilidade de entendimento aos alunos, pois a DFC é uma das demonstrações mais importantes nos tempos atuais, do que reflete o amadurecimento no estudo das Ciências Contábeis, no entanto

ainda é pouco compreendida pelos estudantes.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. S. G. **Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Revista Contabilidade, Gestão e Governança. V. 3, n. 2, 2000.

ASSAF NETO, A; SILVA, C.A.T. **Administração do capital de giro**. 6.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Lei das Sociedades por Ações**: Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações.

BRASIL. **Lei n.º 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em www.cvm.gov.br/. Acesso em 20/11/2012.

FERRARI, Ed Luiz. **Contabilidade Geral**. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael Van. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. **Normas internacionais de contabilidade**. São Paulo: IBRACON/CFC, 1998.

IUDÍCIBUS, S. et al. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

LOJAS RENNER. www.lojasrenner.com.br. Acesso em 25/11/2012.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2006.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. São Paulo: Atlas, 2009.

NBC TG 03 - Resolução nº. 1.296/10. .: CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Brasília, 2010.

NBC TG Estrutura Conceitual - Resolução nº. 1.374/11. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília, 2008.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. **Análise das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria Básica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PORTO, Maria Alice. **Tomadas de Decisão nas Organizações**. UFBA, Salvador, 2008.

QUINTANA, A. C.; SERAFIN, A. C.; SAURIN, V. **Demonstração de Fluxo de Caixa Demonstração do Valor Adicionado como Instrumentos Efetivos de Gestão Financeira: um Estudo de Caso da Eletrosul**. Revista de Ciências da Administração. V. 2, n. 10, jul/dez 2003.

RESNIK, Paul. **A Bíblia da Pequena Empresa: Como iniciar com segurança sua pequena empresa e ser muito bem-sucedido**. Tradução de Maria Cláudia Oliveira Santos. São Paulo: Makron Books, 1990.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. **Princípios de Administração**

Financeira. São Paulo: Atlas, 2008.

SALOTTI, Bruno Meirelles; YAMAMOTO Marina Mitiyo. **Divulgação voluntária da Demonstração dos Fluxos de Caixa no mercado de capitais brasileiro.** EnANPAD. Salvador, 2006.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Contabilidade Societária.** São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, César Augusto Tibúrcio, SANTOS, Jocineiro Oliveira dos e OGAWA, Jorge Sadayoshi. **Fluxo de Caixa e DOAR.** Caderno de Estudos – FIPECAF – FEA – USP – São Paulo: FIPECAF, v. 9, outubro/1993.

SOUZA, Manuela Santin de. **Fluxo de Caixa por regime de competência.** Dissertação (Mestrado). São Paulo, 2006.